

---

# ÍNDICE

---

<i>Alguns estudos do Autor</i> .....	V
<i>Nota do Autor</i> .....	XXV
<i>Apresentação</i> .....	XXVII
<i>Prefácio</i> .....	XXIX
<b>1. DIREITO PRIVADO E PÚBLICO: DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO — DIREITO FINANCEIRO E DIREITO TRIBUTÁRIO</b> .....	1
<b>2. FONTES DA CIÊNCIA DO DIREITO: SUA RELEVÂNCIA</b> .....	9
2.1. Fontes materiais ou reais .....	11
2.2. Fontes formais ou de expressão .....	11
I — Fontes formais primárias .....	11
II — Fontes formais secundárias .....	25
<b>3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS: CONCEITO E SUA RELEVÂNCIA PARA O DIREITO</b> .....	27
3.1. Princípio federativo .....	30
3.2. Princípio republicano.....	32
3.3. Princípio da estrita legalidade ou da reserva absoluta da lei.....	33
3.4. Princípio da anterioridade e sua distinção do princípio da anualidade. Princípio da segurança jurídica .	34
3.5. Princípio da igualdade .....	39
3.6. Princípio da competência tributária privativa .....	40

3.7. Princípio da vedação à bitributação ( <i>non bis in idem</i> ) .....	41
3.8. Princípio da territorialidade.....	41
3.9. Princípio da uniformidade geográfica .....	41
3.10. Princípio da proibição de aplicação de tributo com efeito confiscatório.....	42
3.11. Princípio da não-discriminação tributária em função da procedência ou do destino dos bens.....	42
3.12. Princípio da tipicidade ou da tipologia tributária..	43
3.13. Princípio da não-cumulatividade .....	43
3.14. Princípio da vinculabilidade da tributação.....	43
3.15. Princípio da irretroatividade da lei tributária .....	44
3.16. Princípio da essencialidade ou da seletividade.....	45
3.17. Princípio da capacidade contributiva .....	46
<b>4. CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS.....</b>	<b>48</b>
<b>5. CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DE TRIBUTO .....</b>	<b>52</b>
5.1. Tributos vinculados .....	52
I — Taxas .....	53
II — Contribuição de melhoria .....	54
5.2. Tributos não vinculados: impostos .....	56
<b>6. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>58</b>
6.1. Hipótese de incidência tributária e síntese da regramatriz .....	60
I — Critério material .....	61
II — Critério temporal.....	61
III — Critério espacial .....	62
6.2. Incidência .....	64
6.3. Isenção .....	69
<b>7. CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>73</b>
<b>8. LANÇAMENTO .....</b>	<b>74</b>
8.1. Lançamento por declaração.....	75

8.2. Lançamento direto ou de ofício .....	76
8.3. Lançamento por homologação ou autolançamento .....	77
<b>9. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .</b> .....	<b>78</b>
9.1. Depósito .....	78
9.2. Reclamações e recursos.....	79
9.3. Concessão de medida liminar em mandado de segurança .....	79
9.4. Moratória.....	79
9.5. Legislação correlata.....	80
<b>10. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b> .....	<b>82</b>
10.1. Pagamento.....	83
10.2. Pagamento antecipado e homologação do lançamento .....	83
10.3. Conversão do depósito em renda (art. 156, VI, do CTN).....	84
10.4. Decisão administrativa irreformável .....	84
10.5. Decisão judicial passada em julgado .....	86
10.6. Consignação em pagamento .....	86
10.7. Compensação .....	88
10.8. Transação .....	89
10.9. Remissão .....	89
10.10. Decadência e prescrição.....	90
I — Decadência ou caducidade .....	93
II — Prescrição .....	100
10.11. Legislação correlata.....	103
<b>11. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b> .....	<b>104</b>
11.1. Isenção .....	104
11.2. Anistia .....	106
<b>12. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA</b> .....	<b>108</b>
12.1. Contribuinte .....	110
12.2. Responsável tributário.....	113
12.2.1. Responsabilidade de terceira pessoa vinculada ao fato gerador.....	115

I — Responsabilidade por substituição ...	115
II — Responsabilidade por transferência ..	129
12.2.2. Responsabilidade dos sucessores .....	130
I — Responsabilidade imobiliária .....	131
II — Responsabilidade pessoal.....	131
III — Responsabilidade na sucessão co- mercial .....	132
12.2.3. Responsabilidade de terceiros.....	133
I — Responsabilidade em razão da inter- venção ou omissão (art. 134) .....	133
II — Responsabilidade pessoal por excesso de poderes ou infração da lei (art. 135) .....	134
12.2.4. Responsabilidade por infrações .....	137
<b>13. AS CONVENÇÕES PARTICULARES EM CONFRONTO COM A SUJEIÇÃO PASSIVA.....</b>	<b>138</b>
<b>14. JURISPRUDÊNCIA .....</b>	<b>140</b>
<b>15. QUESTÕES CONEXAS À SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA NO IMPOSTO DE RENDA.....</b>	<b>145</b>
15.1. O atual quadro da tributação do IR-fonte no Bra- sil.....	145
15.1.1. Rendimentos de aplicações em ouro, en- quanto ativo financeiro ou não, e mútuo..	145
15.1.2. Ganhos oriundos de operações de renda variável — bolsas de valores, de mercaderias, de futuros e assemelhados .....	147
15.1.3. Operações de <i>day-trade</i> .....	152
15.1.4. Pagamento a cooperativas de trabalho, a associações profissionais ou similares .....	155
15.1.5. Rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador.....	156
15.1.6. Rendimentos e ganhos de capital.....	156

15.1.7.	Rendimentos de títulos de capitalização ..	160
15.1.8.	Beneficiário não identificado e operação que não se comprova .....	160
15.1.9.	Aplicações financeiras de renda fixa .....	161
15.1.10.	Prêmios e sorteios em geral.....	162
15.1.11.	Mediação de negócios, propaganda e publicidade .....	163
15.1.12.	Fundos de investimento cultural e artístico e fundos de investimento imobiliário ..	163
15.1.13.	Fundos de investimentos — renda fixa e ações .....	164
15.1.14.	Pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações de administração pública .....	165
15.1.15.	Rendimentos de serviços profissionais prestados por pessoas jurídicas .....	166
15.1.16.	Multas por rescisão contratual .....	166
15.1.17.	Rendimentos percebidos em decorrência de processos judiciais.....	167
15.2.	O IR e a distribuição de lucros: consolidação da legislação pertinente.....	168
15.2.1.	Lucro real.....	168
15.2.2.	Lucro arbitrado .....	169
15.2.3.	Lucro presumido .....	170
15.2.4.	Pessoas jurídicas optantes do Simples .....	170
<b>16.</b>	<b>A PROPALADA REFORMA TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>171</b>
16.1.	Notas preliminares .....	171
16.2.	Críticas à postura do Executivo Federal.....	174
16.3.	O sistema atual e suas incoerências.....	176
16.4.	Os principais projetos de reforma tributária .....	177
16.4.1.	Projeto do Professor Marcos Cintra .....	177
16.4.1.1.	Críticas ao Projeto Marcos Cintra .....	178
16.4.2.	Projeto de reforma — relatório do Deputado Mussa Demes .....	183

16.4.3.	Proposta da FIESP .....	184
16.4.4.	Projeto do Professor Ives Gandra da Silva Martins .....	185
16.4.5.	Projeto Ciro Gomes.....	186
16.4.6.	Projeto da Academia Brasileira de Direito Tributário.....	187
16.5.	Dados da atual tributação no País .....	188
16.5.1.	Principais tributos e seu peso na arrecadação nacional .....	188
16.5.2.	Número de tributos na atualidade .....	188
16.5.3.	Pesquisas .....	188
16.5.3.1.	Efeito da tributação em cascata, desde a extração do minério até a fabricação do produto e sua venda para o consumo final em percentual...	189
16.5.3.2.	Encargos previdenciários no Brasil e no mundo em percentual da folha de salários.....	189
16.5.3.3.	A importância de alguns impostos e contribuições em relação às receitas das empresas em percentual.....	190
16.5.3.4.	Salários × custo tributário/emprego.....	190
16.5.3.5.	Composição do valor adicionado .....	190
16.5.3.6.	Peso dos tributos diretos e indiretos no Brasil e no mundo em percentual.....	191
16.5.3.7.	Peso dos tributos no preço de fábrica dos produtos, nas vendas com 30 dias de prazo — em percentual.....	191
16.5.3.8.	Quantas vezes corresponde o total dos tributos pagos pelas	

empresas pesquisadas em relação a: .....	192
16.5.3.9. Salário — por hora nas montadoras.....	192
16.5.3.10.Os números da sonegação no País.....	192
16.5.4. Conclusões .....	194
<b>17. ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 RELATIVOS AO DIREITO TRIBUTÁRIO E ÀS FINANÇAS PÚBLICAS</b>	<b>197</b>
<i>Bibliografia</i> .....	231